

## **O (NOVO) DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO: a proposta dos governos Lula de promoção da cidadania pelo consumo**

Pesquisa em andamento<sup>1</sup>

GT 33 – Sociologia do desenvolvimento

Bruno Ferreira Freire Andrade Lira<sup>2</sup>

### **Resumo**

Neste trabalho será analisado o (novo) desenvolvimentismo dos governos de Lula no Brasil, mais precisamente, a sua política distributiva, responsável por permitir anunciar um novo modelo de promoção da cidadania pela inserção mercadológica e de consumo, é necessário nos apoiarmos no discurso da descolonialidade, a qual representa a busca pelo reconhecimento de pensamentos e identidades próprias latino-americanas que nos ajudam a repensar a relação entre cidadania, localidade e consumo. Assim como numa ecologia de saberes, apropriando-se da sociologia das ausências, e da crítica da razão indolente, de Boaventura de Sousa Santos, que procura resgatar o local e os modos particulares de organização da vida social.

**Palavras-chaves:** Alternativas de desenvolvimento; Brasil; (novo) desenvolvimentismo.

### **1. Introdução**

Nesta breve reflexão propõe-se a debater as primeiras avaliações acerca do objetivo da pesquisa, a qual analisa o (novo) desenvolvimentismo dos governos de Lula no Brasil, questionando a sua política distributiva e o seu discurso alternativo. Portanto, intenciona-se a partir dessa discussão aprofundar elementos-chaves para a evolução desse projeto assim como a compreensão de um (novo) desenvolvimento brasileiro.

O (novo) desenvolvimentismo brasileiro, período que concerne os dois governos Lula e o governo Dilma, é um projeto político pautado na re-centralização do Estado como promovedor de políticas de estímulos ao crescimento econômico, para então a promoção de um “bem-estar social”. Portanto, o novo discurso vai estar sob as égides de uma nova política macroeconômica, centrada na estabilidade de preços, equilíbrio na balança de pagamentos e na busca pelo pleno emprego. Além disso, no financiamento da atividade produtiva nacional; na aproximação da gestão das práticas dos gerentes públicos às dos privados; na descentralização da aplicação de políticas públicas com a centralização na sua implementação; e na concorrência regulada e que estimula a inovação tecnológica, buscando a redução de custos e preços, melhor qualidade de serviços e produtos, além de incentivar a competitividade internacional (Sicsú; Paula e Michel, 2007). Assim, tem-se uma ótima receita para um crescimento econômico forte e, até certo ponto, duradouro. Contudo, o “bem-estar social” não trata de ser nítido e, muito menos, para toda a população, visto que o foco no (breve) aumento da renda familiar e/ou individual marginaliza o direito a vida – saúde, educação, meio ambiente, alimentação e outros.

---

<sup>1</sup> Agradeço ao Profº Paulo Henrique Martins, pela orientação e apoio para o desenvolvimento dessa pesquisa, assim como a CAPES. Além desses, faço lembrança a importância do PPGS/ UFPE como instituição reconhecida, cujo acolhimento me proporciona estruturas e Docentes de extrema qualidade.

<sup>2</sup> Mestrado em andamento pelo PPGS/ UFPE.

Dessa forma, essa reflexão a ser desenvolvida nas próximas páginas tem como objetivo a análise dos dois governos Lula e do padrão de desenvolvimento adotado, tendo como enfoque as políticas distributivas, centradas no aumento da renda familiar e/ou individual, e o seu papel de inserção da cidadania pelo consumo. Para isso é necessário rever, de forma breve, como a ideia de desenvolvimento se transforma, a partir das décadas de 1980/90, com o aglutinamento do ideário neoliberal e a “globalização homogênea”. Assim, permite visualizar continuidades nesse padrão desenvolvimentista brasileiro e as políticas neoliberais inseridas pelo governo anterior, no caso o do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal paralelo não deixará de evidenciar, também, diferenças sensíveis e importantes que encaminham a uma mudança conservadora – em hipótese alguma de rompimento – ao modelo do livre-mercado.

Essa proposta de ampliação da compreensão das ferramentas sociais que discursam sobre uma redistribuição da renda, ainda está restrita a uma distribuição pela desigualdade. Portanto é factível a necessidade de continuar a debater sobre o equívoco desse padrão de (novo) desenvolvimento, baseado na permanência de uma desigualdade social e na preservação dos mais ricos. Em virtude disso, é preciso apoiar-se sobre a crítica da descolonialidade e reconhecer a existência de modernidades alternativas, as quais não compactuam com a Colonialidade do poder, do saber e do ser. Concomitante a tal, tem de haver a complementaridade da sociologia das ausências, a qual parte da valorização das experiências sociais do Sul, e da crítica a razão indolente, que entre tantos se refere a uma ecologia de saberes, a uma redistribuição pela igualdade e o reconhecimento na diferença.

## **2. A recente globalização**

Uma breve contextualização histórica, desde a recessão e a estagflação ao final da década de 1970 até a queda do muro de Berlim e a (re)hegemonização estadunidense, juntamente a uma revolução tecnológica em curso, é importante para tornar evidente tais fatos pois os mesmos denotam quão peculiar foi o desenvolvimento dessa globalização recente. Paralelamente, a reformulação dos limites e uso das barreiras temporais e espaciais, não transformou apenas as formas de comunicação e informação, mas também propiciaram a disseminação de um ideário universalizante, pautado no discurso neoliberal, cujos direitos individuais sobrepõe-se sobre os direitos coletivos e o Estado nacional está submetido à lógica do livre-mercado.

Assim, a ideia de desenvolvimento como um crescimento econômico ilimitado adquire proporções ainda maiores, subordinando o bem-estar social a uma fantasia futura, e tornando o presente em uma realidade cada vez mais desigual. Fatos que concedem a hegemonia para poucos e mantém a “modernização estadunidense-européia” como um modelo ideal para todas as regiões do globo. Principalmente com as políticas neoliberais de estabilização monetária, Estado mínimo e privatizações, as quais procuram viabilizar e financiar o consumo, ferramenta primordial para esse padrão de desenvolvimento.

Em decorrência desse padrão, a década de 1990 constituiu, nas periferias do sistema global – em particular a América Latina – uma lógica capitalista que buscava “a modernização” e a paulatina substituição dos espaços públicos pelos privados. No Brasil, por exemplo, de 1991 a 1998 mais de 60 empresas estatais foram privatizadas (Almeida, 1999). Dessa forma, ao seguir esta linha de desenvolvimento, o abismo entre as classes populares e as classes dirigentes aprofundou-se e permitiu um maior distanciamento tanto das políticas sociais como dos movimentos sociais.

Por tratar-se de um contexto sob o julgo das heranças coloniais e de uma heterogeneidade de tradições e culturas, os países latino-americanos, principalmente ao final da década de 1990, foram desestabilizado pelas inconsistências do mercado mundial – a crise mexicana de 1994 e a moratória da Rússia de 1998 (Sallum Jr, 1999), por exemplo. Em vista dessa instabilidade financeira e do agravamento das mazelas sociais, pode-se observar um movimento de ascensão a presidência dos

Estados nacionais dos partidos de esquerda – Hugo Chavez na Venezuela (1999), Nestor Kichner (2003), Lula (2003), Evo Morales (2006) e outros – que tanto se aproximavam de um discurso de mudanças no padrão de desenvolvimento neoliberal como a aproximação com movimentos e pautas sociais.

### **3. O primeiro governo lula – da esperança social ao crescimento ilimitado**

Em uma reflexão mais aprofundada do caso brasileiro, a ascensão de um ex-operário e sindicalista a presidência dessa República significava a vitória das classes populares sob o conservadorismo das classes dirigentes. Entretanto para tal galgada ao degrau mais alto do Executivo nacional, foi preciso modificar bastante o discurso alternativo e de ruptura com o sistema global. Entre as principais, o PT nomeou para vice-presidente José de Alencar, figura representativa da classe empresarial brasileira; “a carta ao povo brasileiro”, tinha como meta principal tranquilizar as frações burguesas e os investidores estrangeiros de que o Brasil permaneceria compatibilizado com a lógica do mercado-livre; a nomeação de Antonio Palocci para o ministério da fazenda assim como a formação de uma equipe econômica bastante ortodoxa, a qual se comprometeu a cumprir acordos já oficializados com o FMI<sup>3</sup>; as reformas estruturais a partir de uma agenda liberal e próxima do seu antecessor, como a da previdência e a tributária, votadas em caráter de urgência; e o presidencialismo de coalizões, cuja necessidade de manter uma bancada hegemônica no congresso, algo extremamente necessário para a aprovação dos projetos, o que obriga a fazer alianças e acordos com indivíduos e partidos “opositores” (Domingues, 2007).

Por todo esse cenário, torna-se nítido, pouco a pouco, que esse modelo de (novo) desenvolvimento permanece sob as bases do crescimento econômico, subordinando o bem-estar social. Portanto, a reestruturação do Estado e o apoio as classes empresariais brasileiras, permite a expansão no mercado interno assim como a entrada em economias emergentes – América Latina, África e Ásia – o que produz até o final do primeiro governo Lula uma balança econômica favorável e em crescimento. Em vista disso é importante observar as similitudes e continuidades que esse (novo) desenvolvimentismo tem com as políticas neoliberais e o seu próprio discurso hegemônico.

“(…) em pelo menos um dos aspectos mencionados, o governo Lula representa um aprofundamento do governo Cardoso: ele efetua um ajuste fiscal mais forte e uma política monetária mais rígida que os realizados anteriormente. O segundo aspecto é também relevante: o novo governo retomou o programa de reformas estruturais (...) reforma da previdência social, reforma tributária, reforma trabalhista, autonomia do Banco Central, etc. Como se verá, o governo Lula tem adicionada à velha agenda de Cardoso uma segunda geração de reformas liberais, as chamadas reformas microeconômicas.” (SALLUM JR., 2004, p. 263)

Entretanto, não é suficiente apenas visualizar as aproximações com o discurso neoliberal, há a importância em compreender matizes próprias – as quais foram mencionadas, brevemente, no início deste artigo – juntamente a uma tímida política de inclusão social. Dessa forma, se por um lado o governo e o Estado buscavam ações que possibilitassem o crescimento das classes empresariais nacionais, por outro adota a política do pleno emprego, ação que possibilita a expansão do consumo e o fortalecimento do mercado interno. Esse último se inclui nas denominadas políticas distributivas, as quais buscam caracterizar esse governo como progressista e alternativo.

---

<sup>3</sup> “Do ponto de vista dos mercados financeiros, o governo Lula ia aos poucos se convertendo de ameaça em surpresa positiva, especialmente no Exterior, o que se traduziu em aplausos de agências multilaterais como o FMI e o Banco Mundial” (SALLUM, JR, 2004, p. 267)

#### 4. O segundo governo lula – o (novo) desenvolvimentismo das políticas distributivas

Por ter uma longa história de luta e apoio com os diversos movimentos sociais – por exemplo, o MST – o PT pautou nesse (novo) desenvolvimentismo políticas e ações voltadas para a melhoria do bem-estar social – temas como igualdade racial e de gênero, além dos direitos humanos, tornaram-se secretárias especiais e receberam uma maior atenção do que em governos anteriores. Dentre essas mudanças encontra-se o Programa Bolsa Família (PBF), o qual originalmente é a junção de vários outros programas sociais – como bolsa-alimentação, bolsa-escola, vale-gás – iniciados ainda no governo Cardoso. Tal política distributiva tem como primeiro objetivo a eliminação da extrema pobreza e tem uma atuação massiva, principalmente, a partir do segundo governo Lula.

Em linhas gerais, o PBF é composto por um cadastramento único (cadÚnico), de responsabilidade não somente federal como também estadual e municipal – isso em virtude da extensão territorial continental que é o Brasil. Além disso, está creditado a partir de condicionalidades, ou seja,

“Na área da educação, as crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos devem estar devidamente matriculadas e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária, já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na saúde, é preciso que acompanhem o cartão de vacina e a saúde das crianças. As mulheres devem acessar o serviço de saúde regularmente, e, caso sejam gestantes, ou nutrízes, fazer o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e a do bebê.” (SILVA SANTOS, 2012)

Apesar do caráter de política social universal, o PBF por ser baseado em um programa de transferência de renda para classes baixas, centraliza-se apenas na renda, marginalizando direitos legítimos ao cidadão e enxergando-o como um consumidor ativo para “movimentar” a economia local. Por exemplo, não há uma integração entre pais, escola e comunidade; os pais e a escola cobram a frequência da criança e/ou adolescente, contudo não há um estímulo a esses pais em participar da “construção” dessas escolas e nem ao menos uma participação direta dessas escolas nas comunidades locais. Isto significa, a não formação de uma cidadania ativa e reflexiva, apenas exigente de metas e de consumo. Portanto, essa transferência de renda como forma de amenizar situações de extrema pobreza, é em si uma política distributiva apenas paliativa a qual necessita de outros elementos para torná-la em efetiva inclusão cidadã – nesse caso refiro-me, mais uma vez, a importância de integrar os serviços públicos as comunidades locais.

Outra situação que ilustra essa “redistribuição” está diretamente vinculada às ações de pleno emprego, entre tais, a política de manutenção do salário mínimo sempre acima da taxa de inflação e o acesso ao crédito para o consumo. O (novo) desenvolvimentismo, então, perpassa sob a lógica de “inchamento” de uma classe média – nomeada de “nova classe média” ou “classe C” – tendo em vista o crescente número de indivíduos e famílias que detém renda de um a três salários mínimos. Esse crescimento na renda e a disponibilização do crédito – tanto em crediários como em empréstimos – torna possível o aumento do poder de consumo e o fortalecimento do mercado interno. Todavia, o aumento mais significativo não é referente a uma melhora do bem-estar social para todos, mas sim de um crescimento da dívida individual e do aprisionamento as taxas de juros.

Assim, essa grande “massa trabalhadora” permanece refém de serviços públicos precários – como o transporte coletivo e a falta de estrutura em postos de saúde e hospitais – ou, então, passam a ter de consumir serviços privados, também, despreocupados com uma qualidade mínima – como a corriqueira falência de planos de saúde de menor reputação no mercado. Além das condições de

“superexploração” do trabalho<sup>4</sup>, a qual fixa trabalhar quarenta e quatro horas semanais e, por vezes, o não acréscimo de diversos benefícios – como hora extra, adicional noturno, insalubridade e outros. Esse conjunto de deficiências, colocadas as margens do consumo, demonstra o quão restrito tornou-se esse padrão de desenvolvimento e a compactuação com políticas distributivas de permanência da desigualdade.

### 5. Cadê o novo desse (novo) desenvolvimentismo?

As primeiras impressões sobre esse (novo) desenvolvimentismo, contidas ao longo dessa reflexão, sugere questionamentos, como; onde está o novo nesse padrão de desenvolvimento adotado pelo PT e os governos Lula? Assim, o conservadorismo social, fator tão arraigado na história brasileira, mantém-se através de um projeto político “nacional” que reclama sobre a necessidade da superação de males sociais – fome, insalubridade, ignorância – porém agrega-se ao crescimento econômico e, por consequência, a um bem-estar social para poucos, permanecendo a massa trabalhadora as margens da cidadania.

Reconhecer a necessidade do novo remete a visualizar outro aspecto dessa globalização recente, a ambivalência (Martins, 1999 e 2006), a qual traz, no mesmo momento, aquele discurso hegemônico neoliberal de universalidade e o seu padrão de desenvolvimento sob a égide do crescimento econômico ilimitado pelo consumo, mas também o resgate da tradição, ou seja, a valorização das culturas locais e os seus saberes. Todavia, essa tradição não remete aquela tão rechaçada pela modernidade, como sinônimo de atraso, e sim o reconhecimento de diferentes culturas, saberes e indivíduos. Portanto, novos desenvolvimentos requerem o rompimento total com o ideário hegemônico globalizante, isto é, contra-hegemonias capazes de tornarem-se alternativas a partir das experiências locais.

Por isso, as tradições necessitam ser repensadas como modernidades alternativas (Farah e Gil, 2012), as quais possam dialogar entre si, trocar experiências e reconhecer o valor de cada. Dessa forma, modelos alternativos de desenvolvimento são possíveis quando se passa a desconstruir aquele ideal de modernidade, “estadunidense-europeu”, que se considera universal, homogeneizante, único e global. Esse ideal de modernização seguiu em sentido contrário, resultou no agravamento das diferenças entre as nações e dentro delas, fato que provocou – nesse caso se faz referência direta à região latino-americana – as intensificações de movimentos sociais e intelectuais que ao valorizarem as experiências e os saberes locais, identificaram a necessidade de rompimento com as inverdades daquele discurso e da centralidade dessa “ocidentalização”.

Portanto, reconhece-se um padrão de colonialidade do poder, do saber e do ser<sup>5</sup>. Conceituação essa, que exprime o padrão “exploração/ dominação/ conflito”, articulado pelo eixo “capital-trabalho mercantilizado”, e inserido nas estruturas do sistema capitalista mundial através do processo de globalização, o qual é portador da ideia de homogeneidade e universalidade.

“Hoje, a luta contra a exploração/ dominação implica, sem dúvida, em primeiro lugar, o engajamento na luta pela destruição da colonialidade do poder, não só para terminar com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado. Essa luta é parte da destruição do poder capitalista, por ser hoje a trama viva de todas as formas históricas de exploração, dominação, discriminação, materiais e intersubjetivas. (...). Isso significa a devolução aos próprios indivíduos, de modo direto e imediato do controle das

<sup>4</sup> Faço uma breve alusão aos teóricos da dependência como é o caso de R. Mauro Marini e Theotonio dos Santos.

<sup>5</sup> Por tratar-se ainda do início da pesquisa, a conceituação de “Colonialidade do poder, do saber e do ser” será, continuamente, melhor trabalhada.

instâncias básicas da sua existência social: trabalho, sexo, subjetividade e autoridade.” (QUIJANO, 2010, p. 126 e 127)

A busca pela descolonialidade do poder, juntamente a do saber e do ser, permitiu a diversos autores<sup>6</sup> caminharem em direção a uma renovação da sociologia da América Latina, cujo olhar volta-se ao reconhecimento de produções próprias e alternativas. Além disso, ao romper com o monopólio do discurso hegemônico neoliberal, parte-se para a desconstrução da concepção limitada de periferia – vista como um “apêndice da ideia de desenvolvimento, cujo reducionismo a relega a um processo evolucionista inspirado nas inversões econômicas” (Martins, 2012, p.11). Dessa forma, essa definição é ampliada para ser capaz de abranger a pluralidade de experiências e saberes que se prolongam as margens do sistema-mundo, ou seja, a ideia de “periférico” limita o reconhecimento de uma heterogeneidade, pluralidade e especificidades, sendo necessário o uso do termo “Sul Global”, como denominação abrangente à diversidade social, cultural e política de países relegados a uma condição marginal e subalterna aos países do “Norte Global”.

Complementar a descolonialidade, Boaventura de Sousa Santos (2007; 2010) sugere a expansão do presente, rompendo com as ideias, características da compreensão ocidentalizada, de homogeneidade, totalidade e universalidade, dicotomia, simetria e hierarquia. O autor, então, propõe um modelo diferente de racionalidade, cuja razão valorize a experiência social de países relegados a uma situação marginal, a qual foi subsumida pela ocidentalização. E, assim, “o objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças.” (Santos, 2008). Por isso, extenua uma sociologia provida de ecologias, a qual remete a consideração de diversas alternativas contra-hegemônicas, ante as experiências hegemônicas, propondo a discussão e a argumentação entre ambas.

Em referência à crítica inserida nessa última abordagem, Santos chama a atenção a uma razão indolente que tem por objetivo criticar o culto à compreensão ocidental do mundo, como verdade absoluta e única, exclusiva dessa totalidade. A razão metonímica, denominação dada pelo autor à forma de afirmação dessa compreensão seletiva, é inserida através da imposição, pela coerção legítima, que se identifica no padrão “exploração/ dominação/ conflito” – a Colonialidade do poder, do saber e do ser. Assim, faz-se a desconstrução da colonialidade, ou seja, há uma diversidade de totalidades, caracterizada pela heterogeneidade e a existência de fatos autônomos, que não necessitam estarem amarrados a situações dicotômicas. Em vista disso, a sociologia da América Latina, imbuída de uma sociologia das ausências, prima pela reflexão de experiências, a margem do sistema mundial, compreendendo e procurando a possibilidade de sistemas alternativos, a partir da relação ‘Sul-Sul’, cujo objetivo seja a distribuição pela igualdade e o reconhecimento na diferença (Santos, 2008).

A compreensão do novo se faz, portanto, a partir da crítica e dissociação ao padrão de desenvolvimento global inserido pelo ideal de modernização, pautando-se em modelos alternativos baseados em experiências e saberes locais que dialogam entre si a partir de um “Sul global”. Em vista disso, o (novo) desenvolvimentismo que perdura no Brasil, em um primeiro momento, não pode ser concebido como um modelo alternativo, pois não se propõe a romper com o desenvolvimento pelo crescimento econômico e pelo consumo.

## 6. Conclusão

O atual momento brasileiro traz consigo uma obrigação ainda maior sobre a necessidade de reflexão ao modelo (novo) desenvolvimentista construído pelos governos petista nos últimos dez anos. Reconhecer que questões sociais retornaram a pauta política, não representa afirmar que houve êxito de

<sup>6</sup> Como Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Julio Mejia, Luis Tapia, Nestor Canclini, Paulo Henrique, Walter Mignolo e outros.

colocá-las em prática, ao contrário, a desigualdade social ainda permanece e as políticas “distributivas” se mantêm paliativas. Retirar a população da extrema pobreza requer algo além que o acréscimo na renda, isso significa melhorias consideráveis na qualidade de vida, inserção a cidadania e, por consequência, equalização dos direitos e reconhecimento das diferenças.

A crítica descolonial e à razão indolente, traz a perspectiva de que a nova transição paradigmática venha acompanhada de uma “nova cultura política” (Santos, 2007), a qual os espaços públicos sejam recuperados e a participação democrática seja ativa e igualitária. Sem deixar de mencionar, um uso mais afetivo e coerente dos recursos naturais, os quais são exauridos pela lógica do desenvolvimento global. Portanto, modelos alternativos de desenvolvimento são possíveis dentro de uma diversidade de saberes e experiências locais que podem ser compartilhadas ao estabelecer uma relação de horizontalidade e respeitabilidade mútua.

Em vista disso, essa globalização ambivalente traz, também, a possibilidade de retorno a uma maior solidariedade social, ou seja, a internacionalização através dos aparatos tecnológicos tornou real a troca de conhecimentos e experiências sociais entre os mais longínquos. As manifestações populares e as ações coletivas que tem ocorrido recentemente – a primavera árabe, os indignados na Espanha, os diversos Occupy, e as manifestações no Brasil e na Turquia – estão em constante troca de informações direta ou indiretamente. Isso remete a criação de um “espaço público” em que diferentes indivíduos podem expressar opiniões e vivências do cotidiano. Sendo possível, através desse último, reviver a importância e a necessidade da política como meio para criticar e sugerir tudo aquilo que os cerca, inclusive visualizar a apatia adotada pelos Estados-nação perante a hegemonia do Mercado. A contestação do padrão de desenvolvimento sob o crescimento econômico e o consumo apenas é tangível a partir da possibilidade de mobilizações sociais e a participação efetiva na política.

Alternativas ao desenvolvimento devem ser constituídas e fomentadas por essa nova cultura política, a qual não se retrata em uma sociedade global e nem homogênea, mas de múltiplas e heterogêneas comunidades, as quais se permitam dialogar e agirem com base na reciprocidade. A distância perniciososa entre economia e política necessita ser repensada, visto que para novos desenvolvimentos o direito a vida e a coesão social são fundamentais para permitir a vivência afetiva e duradoura. A crítica ao capitalismo, então, é pertinente, porém é preciso, também, de práticas sociais que possam proporcionar mudanças sociais efetivas e igualitárias.

Assim, repensar o presente brasileiro significa construir um futuro mais equânime, em concordância a isso, é extremamente pungente se aliar as múltiplas vozes das diversificadas manifestações no Brasil, para questionar, onde está o novo nesse (novo) desenvolvimentismo à brasileira? Qual a efetividade dessas políticas distributivas no proporcionamento de uma cidadania equânime? Apenas o aumento da renda representa melhoria necessária para as condições básicas de vida? Essa distribuição promove alguma diminuição da desigualdade social? Qual o real significado do aumento do consumo pelas classes médias e populares no Brasil? Que modelos alternativos de desenvolvimento são possíveis a realidade brasileira? E dessa forma, através desse conjunto de perguntas, verdadeiros nortes para o balizamento de uma pesquisa extensa, a intenção é o máximo de aprofundamento dessa reflexão inicial.

## 7. Bibliografia

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Negociando a Reforma: A privatização de empresas públicas no Brasil**. Revista Dados, Brasil, v. 42, n.3, 1999

DOMINGUES, Jose Mauricio. **O primeiro governo Lula: um balanço crítico**. In: DOMINGUES, José Mauricio. Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (p. 209-248)

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e dependência, desenvolvimento e alternativas.** In: DOMINGUES, José Maurício. Teoria crítica e semi (periferia). Belo Horizonte: UFMG, 2011 (215-242)

FARAH, Ivone; e GIL, Mauricio. **Modernidades alternativas: una discusión desde Bolívia** In: MARTINS, Paulo Henrique; RODRIGUES, Cibele (orgs). Fronteiras abertas da América Latina: Dialogo na ALAS - Associação Latino-Americana de Sociologia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

Martins, Paulo Henrique. **Antiglobalização e Antiestatismo na perspectiva do pós-Desenvolvimento e do antiutilitarismo.** In: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Cimdamore, Alberto; Hartley, Dean; Siquiera, Jorge. CLACSO, Buenos Aires. Agosto/ 2006 (87-101)

\_\_\_\_\_. **Imagens ambivalentes da globalização.** In: Estudos de Sociologia, Revista PPGS UFPE vol.5, n.2, jul/dez. 1999 (95-118)

\_\_\_\_\_. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidária.** 1ªed. Buenos Aires: Fundación CICCUS; Estudios Sociológicos Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. **La Liberación de América Latina como Sistema-Mundo: Impactos sobre el entendimiento del desarrollo.** In: Farah, Ivone. e Tejerina (Orgs.). Vivir bien: Infancia, genero y economia. Entre la teoría y la práctica. La Paz: CIDES/UNICEF, 2013; pp.67-88

MEJIA, Julio. **Colonialidad ydes/colonialidad en America latina. Elementos teoricos.** In: MARTINS, Paulo Henrique; RODRIGUES, Cibele (orgs). Fronteiras abertas da America Latina: Dialogo na ALAS- Associação Latino-Americana de Sociologia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

QUIJANO, Anibal. **El fantasma del desarrollo en América Latina** In: Revista Venezolana de Economia y Ciencias Sociales, vol 6, n. 2, 2000

\_\_\_\_\_. **Colonialidade do Poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura Sousa de (org). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SALLUM JR., Brasílio. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 11(2): p. 23-47. 1999 (editado em fev. 2000).

\_\_\_\_\_; e KUGELMAS, Eduardo. **Sobre o modo Lula de governar.** In: SALLUM Jr., Brasílio. (Org.) Brasil e Argentina hoje: política e economia. Bauru: EDUSC, v. 1, 2004.

SILVA SANTOS, Anna Kariny da. **BOLSA FAMÍLIA: Novas estratégias de combate a miséria o caso do Dirceu.** Piauí: XV CISO/ PRÉ-ALAS, 2012, GT 27, Sessão 3.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.



\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. **Por que novodesenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4, p.507-524, Dez 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a01v27n4.pdf>>. Acesso em: 09/10/2012 às 21h;